

A CAFEICULTURA EM MINAS GERAIS: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste

THE COFFEE PRODUCTION IN MINAS GERAIS: comparative study between regions Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba and South/Southwest

Ana Rute do Vale

Professora Doutora do Instituto de Ciências da Natureza / UNIFAL-MG / Coordenadora de Extensão / Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)
ana.vale@unifal-mg.edu.br

Rodrigo Alexandre Pereira Calderaro

Graduando em Geografia pela UNIFAL-MG / Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) - UNIFAL/MG
calderaro.ro@gmail.com

Francielly Naves Fagundes

Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (2013)
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) - UNIFAL/MG
fran_xadrez@hotmail.com

Resumo

Em se tratando de cafeicultura brasileira, o estado de Minas Gerais destaca-se como maior produtor e exportador, uma vez que possui aparato tecnológico e logístico que facilitam o desenvolvimento dessa atividade agrícola, ou melhor, dessa commodity. As mesorregiões mineiras Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba podem ser destacadas pela elevada produção, produtividade e diversidade na cafeicultura. Por essa razão são objeto desse estudo, que pretende analisá-las de forma comparativa, buscando compreender as diferenças e semelhanças, a partir as seguintes características: processo produtivo, mão-de-obra empregada e comercialização da produção.

Palavras-chave: Cafeicultura. Produção. Emprego. Comercialização. Minas Gerais.

Abstract

When it comes to Brazilian coffee production, the State of Minas Gerais stands out as the largest producer and exporter, since it has technological and logistical apparatus that facilitate the development of this agricultural activity, or better, this commodity. The mining South/Southwest mesoregions and Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba can be highlighted by high production, productivity and diversity in coffee production. For this reason are subject of this study, which aims to analyse these comparative form, seeking to understand the differences and similarities, from the following characteristics: production process, labor employee and marketing production.

Keywords: Coffee production. Production. Job. Marketing. Minas Gerais.

Introdução

A cafeicultura faz parte da história territorial e socioeconômica do Brasil, já que os primeiros pés de café foram plantados no século XVI. Mas é a partir do século XIX que o café tornou-se o principal produto do cenário agro-mercantil, além de impulsionar a industrialização brasileira no início do século XX. Ao longo dessa trajetória, no entanto, “a cafeicultura brasileira passou por relevantes mudanças geográficas e estruturais e, alternadamente, por momentos de crise e pujança, sempre mantendo sua importância relativa para o desenvolvimento brasileiro” (VILELA; RUFINO, p. 15, 2010).

Em termos de participação no mercado mundial, a década de 1960 marcou uma fase importante em que o Brasil foi responsável por mais de 40% das exportações mundiais de café. Com isso, o café foi se tornando uma das principais *commodities* do país. Entretanto, essa participação reduz-se a 20% na primeira metade da década de 1990, vindo a se recuperar parcialmente somente no final desse decênio, com a desvalorização ao real em relação ao dólar. Da mesma forma, a produção de café em grão no país também decresceu nos últimos 30 anos, sobretudo, por conta de uma política do governo federal de erradicação de pés e controle de estoques. A produção de café no país “passou a ser definida por produtores ou por grupos de produtores” (COALIZÃO DO CAFÉ et al., 2004, p.8). Isso significa que o setor foi se tornando cada vez oligopsônico e esse processo de concentração está ocorrendo, sobretudo, com a entrada no setor de grandes grupos estrangeiros, que veem adquirindo empresas e marcas regionais, que, além de concentrar o mercado, também investem para cada vez mais nacionalizar essas marcas (RIBEIRO, 2005, p.25).

Em 2013, o Brasil é o maior produtor mundial de café (35% da produção mundial), sendo que, em segundo lugar, vem a Colômbia e, em terceiro o Vietnã. Com produções em menor escala estão Indonésia, Índia, México e Guatemala. Contudo, Ribeiro (2005) ressalta que, pelo fato de Brasil e Colômbia produzirem café arábica, esse país é nosso concorrente mais direto, embora nosso custo de produção seja menor, maior produtividade maior e nossa qualidade diferenciada, o que garante o crescimento de nossa participação no mercado internacional (SAES; NAKAZONE, 2004).

Apesar do aumento significativo da produção mundial de café, o consumo não tem crescido na mesma proporção. Dessa forma, houve queda nas cotações do café no início dos anos 2000 e a conseqüente diminuição do parque cafeeiro (SAES; NAKAZONE, 2004). Os referidos autores lembram ainda que, por possuir um parque cafeeiro complexo e diverso, o Brasil é capaz de produzir bebidas de tipos variados e, portanto, ter mais vantagens competitivas sobre seus concorrentes. Também destacam que em termos de desenvolvimento tecnológico, o país também exerce liderança, sobretudo com relação à fertirrigação e mecanização. Assim, o complexo do café no Brasil vem consolidando sua grande importância como gerador de renda e de divisas, por conta das exportações.

Sua cadeia produtiva é considerada, segundo Ribeiro (2005), com curta e de pouca complexidade, embora tenha um elevado número de participantes. Assim, os setores que compõem essa cadeia são:

os fornecedores de insumos à cafeicultura, setor industrial a montante da produção agrícola; o setor agrícola que engloba a produção de café nas propriedades agrícolas; o setor exportador de café em grão (verde); a indústria de beneficiamento e processamento de café torrado e moído e a indústria de processamento de café solúvel. Como podemos observar dentro desta cadeia se destacam três produtos de grande interesse comercial; o café in natura (grãos); o café processado (torrado e moído) e o café solúvel (RIBEIRO, 2005, p. 27).

Merece destaque nessa cadeia, o papel das cooperativas, presentes tanto nas fases de beneficiamento e processamento do café, quanto na venda para os mercados interno e externo. Elas funcionam como um agente financeiro que, ao conceder crédito aos seus cooperados, acabam também por “viabilizar a aquisição de insumos, máquinas e implementos agrícolas para a modernização da sua produção, com a ideia de tornarem-se competitivas no mercado internacional” (REIS, 2009, p. 22). Todavia, em termos gerais, as cooperativas, na maioria das vezes, nada mais são que atravessadores que intermediam a relação cafeeiro/mercado consumidor. E nem é preciso explicar quem leva maior vantagem nessa negociação.

No que tange a produção de café, propriamente dita, o uso de mão-de-obra destaca-se pela sua intensidade (7 milhões de empregos diretos e indiretos, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011), em especial na colheita e

nos tratos culturais. No entanto, as imperfeições do mercado de trabalho na cafeicultura, tanto com relação à legislação trabalhista rural quanto na mão-de-obra familiar. “A legislação referente ao trabalhador rural está inibindo a utilização de mão-de-obra, principalmente a assalariada, na agricultura, pois o elevado ônus a que o proprietário rural está sujeito dificulta a sua utilização na propriedade rural” (TEIXEIRA, 2000, p.180). É preciso destacar, porém a exploração dessa mão-de-obra que existia até então e que ainda continua existindo nas fazendas de café que possuem alojamentos com condições precárias de moradia e de trabalho, denunciadas pela mídia.

Por um lado, há necessidade de melhoria de competitividade do setor cafeeiro brasileiro, por meio de mudanças em parte do sistema produtivo, com formas de aperfeiçoamento, tanto dos métodos de cultivo quanto do processo de colheita e armazenamento, contribuindo assim para que sejam produzidos café de melhor qualidade. Além de aumentar os investimentos no aprimoramento genético do parque cafeeiro do país, plantando novo cultivares mais produtivos e resistentes a pragas e doenças, por meio de universidades e institutos de pesquisa existentes no país. Por outro, vem crescendo no país o cultivo de cafés finos e cafés orgânicos que atendem a determinados nichos de mercado diferenciados, cujos preços pagos pelo produto são mais elevados. A tendência é que o consumo desses cafés especiais cresça cada vez mais, incentivando o aumento de sua área plantada no país, embora ainda faltem aos seus produtores informações sobre seu manejo, acesso a financiamento e como se inserir nas estruturas de comercialização desses tipos de café (RIBEIRO, 2005).

No setor industrial do complexo cafeeiro brasileiro também vem modernizando seu parque industrial com informatização e utilização de máquinas e equipamentos modernos na moagem, torrefação e embalagem do produto.

No que se refere aos mercados consumidores mundiais de café são, em primeiro lugar, os EUA e, em segundo, o Brasil, seguido pela Alemanha, Japão, França e Itália. Já na exportação de café torrado e moído o domínio do mercado externo está nas mãos de empresas europeias, principalmente alemãs e italianas. Embora exista um grande número de empresas que operam no ramo de exportação de café, apenas 5 maiores dominam: Tristão, Unicafé, Esteve, Stockler e Coinbra (RIBEIRO, 2005).

Sobre a questão da comercialização do café por parte dos produtores brasileiros, a situação é bastante complicada, uma vez que estão diante de uma organização de

produção de natureza competitiva e de um mercado oligopsônico, conforme já mencionamos. Nesse sentido, os cafeicultores brasileiros não têm possibilidades de se apropriar dos valores adicionais dos serviços do processo de industrialização de produtos advindos da cafeicultura. Ademais, faltam de políticas efetivas direcionadas para a regularização da oferta de café de modo a estabilizar os preços.

O cafeicultor fica sempre à mercê das decisões de mercado unilateralmente tomadas pelos compradores. A consequência de todo esse processo é que a renda auferida pelos cafeicultores é mínima, se comparada com os valores adicionais obtidos ao longo da cadeia agroindustrial do café, além de apresentarem grande instabilidade. (TEIXEIRA, 2000, p.178)

Diante de tal situação, não é difícil entender porque eles não têm conseguido capitalizar os benefícios da inovação tecnológica da indústria de insumos modernos destinados à produção agrícola. Modernizar a cafeicultura significa investir em implementos e insumos agrícolas que possuem custos elevados demais (15% da produção) para a maioria dos cafeicultores brasileiros, sobretudo os médios e pequenos. Sem contar que nesse mercado também predomina o oligopólio, o que acaba por transferir a renda da cafeicultura para setores não agrícola, conforme ressalta Teixeira (2000).

Os principais estados produtores de café no Brasil, em ordem decrescente são: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia. A liderança do Estado de Minas Gerais na cafeicultura se efetivou a partir da década de 1970, superando os principais Estados produtores, na época, Paraná e São Paulo. Isto se deu principalmente pela existência de um Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais, proposto pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), a ocorrência de geadas nas principais áreas de produção desses dois estados, e a incorporação de extensas áreas de cerrado. Peregrini; Simões (2011, p. 187) explicam que, desde então, a cafeicultura de Minas Gerais vem apresentando maior produtividade com relação aos demais estados, devido “em grande medida, aos esforços dirigidos pela pesquisa e transferência de tecnologias, além da aptidão natural do Estado de Minas para condução desta cultura, especialmente relacionada com as condições de relevo, clima e solos”. Tendo em vista essa heterogeneidade, os modelos tecnológicos aplicados na cafeicultura são díspares cujas potencialidades e fragilidades específicas de cada região produtora do estado

(VILELA; RUFINO, 2010).

Assim, houve a possibilidade da expansão da cafeeira para Minas Gerais, principalmente para o Sul/Sudoeste de Minas, Zona da Mata e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a qual contou com subsídios governamentais para a instalação e ampliação da área de cultivo do café. Embora essas três mesorregiões se destaquem na produção de café em Minas Gerais, seu cultivo também se faz presente nas demais mesorregiões, com destaque para Oeste de Minas e Vale do Rio Doce, conforme podemos observar na tabela 1.

Tabela 1: Produção de café em Minas Gerais, de acordo com as mesorregiões produtoras - safra 2009/2010.

| MESORREGIÃO | PRODUÇÃO DE CAFÉ (sacas de 60 kg) |
|---|--------------------------------------|
| Sul / Sudoeste | 7.507.717 |
| Zona da Mata | 3.982.354 |
| Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba | 3.610.048 |
| Oeste de Minas | 1.485.178 |
| Vale do Rio Doce | 1.025.913 |
| Campo das Vertentes | 526.214 |
| Noroeste de Minas | 441.212 |
| Jequitinhonha | 407.497 |
| Norte de Minas | 311.300 |
| Vale do Mucuri | 116.460 |
| Metropolitana de Belo Horizonte | 46.301 |
| Central Mineira | 19.040 |
| MINAS GERAIS | 19.479.234 |

Fonte: EMATER (2009) in Pelegrini; Simões (2011, p. 190).

Nessa perspectiva, esse trabalho pretende analisar comparativamente a cafeicultura em Minas Gerais, desenvolvida nas regiões Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, buscando ressaltar semelhanças e diferenças entre elas, sobretudo no que tange à estrutura fundiária, processo produtivo (incluindo variedades e tipos de manejo), mão-de-obra empregada e comercialização da produção. Destacaremos também a atuação das cooperativas do setor cafeeiro, utilizando o exemplo de uma de cada região: a COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda.), no Sul/Sudoeste e as pertencentes ao CACCER (Conselho da Associação dos Cafeicultores do Cerrado), no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Como procedimento metodológico, utilizamos revisão bibliográfica e coleta de dados, realizada durante trabalhos de campo da disciplina Geografia Agrária no curso de Geografia da UNIFAL-MG, junto à COOXUPÉ, em 2010, e à COOCACER (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari Ltda.), em 2012.

Cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas

Como o estado maior produtor de café do país, Minas Gerais “tem a economia de grande parte de seus municípios baseada no agronegócio do café que pode ser considerado como um fator de desenvolvimento regional” (SILVA; SANTOS; LIMA, 2001, p. 1-2), sendo que aproximadamente 38% da produção total está na região Sul/Sudoeste do estado. Há que se ressaltar que essa região é produtora de café do tipo arábica, ou café de altitude, o que contribui para que o estado de Minas Gerais seja maior produtor dessa variedade de café, sendo responsável pela produção de 15,5 milhões de sacas de café (IBGE, 2007).

Silva; Santos; Lima (2001, p.9) lembram que alguns fatores podem explicar essa evolução do sistema agroindustrial do café na mesorregião, de acordo com pesquisadores atuantes no setor do agronegócio cafeeiro: “a existência de financiamento, assistência técnica, introdução de novas tecnologias, aumento das exportações, aumento dos preços internacionais e a renovação a cafeicultura via apoio governamental”. Por conta desses fatores, houve a expansão da área plantada, bem como da lucratividade do café no Sul/Sudoeste de Minas, sendo que a tecnologia foi fundamental para que a região se tornasse competitiva, sem esquecer-se da existência de uma boa estrutura de comercialização e de que, por meio das cooperativas, insumos chegam às áreas de produção de café.

A expansão da cafeicultura no Sul/Sudoeste mineiro se deu a partir do cultivo do café no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba, no início do século XIX, que marca sua primeira fase quando os tropeiros responsáveis pela introdução da planta nos municípios de Airuoca, Jacuí e Baependi. Nessa época a produção se destinava para consumo próprio. O segundo período de expansão começou no final do século XIX e ocorreu por conta do deslocamento da cafeicultura do Oeste Paulista. Foi essa fase que permitiu o grande desenvolvimento da cafeicultura na região, fazendo dessa mercadoria uma das

principais atividades econômicas agrícolas da região. O terceiro período coincide com a expansão do meio técnico-científico-informacional para o meio rural e corresponde à formação de um “moderno” circuito espacial produtivo do café, a partir da década de setenta (FILETTO, 2000).

Segundo Moreira (2007), as lavouras de café se propagaram rapidamente a partir do século XIX e, no início do século XX, já impulsionavam a economia de municípios do Sul/Sudoeste de Minas, tais como: Guaxupé, Varginha, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Cabo Verde, São Sebastião da Gramma, Três Corações, Alfenas e Lavras.

Processo produtivo

Por seu relevo muito acidentado, a cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas destaca-se pela “elevada densidade do trabalho nas operações de cultivo devido à impossibilidade topográfica de desenvolver uma agricultura mais mecanizada e poupadora de mão-de-obra” (VILELA; RUFINO, 2010, p. 9). Assim sendo, “os cafeicultores dessa região montanhosa apresentam graus reduzidos de flexibilidade de ajustamentos no uso de recursos, capital e trabalho, no curto e no médio prazos, o que leva, pelo menos no curto prazo, à baixa elasticidade de substituição de trabalho por capital” (TEIXEIRA, 2000, p. 186).

Por outro lado, nessas regiões montanhosas as possibilidades de produção de cafés especiais, orgânicos e ecológicos são maiores do que naquelas de relevos mais planos, como nas áreas de cerrado.

As dotações naturais de recursos naturais, o microclima, a sua composição de produção agropecuária onde, em geral, predomina a combinação café com leite, a grande concentração de pequenos agricultores e de propriedades familiares, a sua localização estratégica em termos de mercados consumidores e de corredores de exportação, a sua tradição na produção de café e outros colocam essas regiões com ampla vantagem comparativa na produção desses cafés diferenciados (TEIXEIRA, 2000, p. 187).

Podemos classificar, portanto o Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, como uma região característica do café, com presença de uma rede produtiva tradicional da cultura, com extensas áreas de plantio, cooperativas importantes neste circuito produtivo

como a já citada COOXUPÉ, a COOPARAÍSO (Cooperativa Regional de Cafeicultores em São Sebastião do Paraíso Ltda.), a COCATREL (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda.), a **Minasul (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha Ltda.)** e a COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região) - que tem a particularidade de produzir um café orgânico -, dentre outras.

Segundo Castillo (2008), o sistema de armazenamento do produto, transporte e escoamento da produção é bem integrado acarretando uma boa logística econômica do café para a região, uma vez que desenvolveu infraestrutura e benfeitorias próprias que, juntamente com a qualidade do produto, fez com que a região se especializasse nessa commodity, por isso, tornou-se uma “região competitiva”.

Em termos de produção a mesorregião Sul/Sudeste é a que tem no café a principal atividade econômica em decorrência do grande número de produtores (principalmente pequenos e médios), das vastas áreas na região com plantações de café, da grande quantidade produzida, e dos variados empregos indiretos gerados. Por conta deste aglomerado de cooperativas cafeeiras e de produtores agrícolas, a mesorregião caracteriza pela alta concentração de empresas de beneficiamento do café.

Para atingir um nível competitivo globalmente o agronegócio do café na mesorregião precisou se modernizar, levando à consolidação de um complexo agroindustrial, com parcerias com os produtores, com as fornecedoras de insumos de maneira geral (adubos, fertilizantes e nutrientes para o solo), e principalmente com a rede industrial, a indústria transformadora da matéria-prima.

Por outro lado, apesar de toda a modernização da agricultura, do advento da mecanização, ainda há muitos agricultores familiares produzindo café nos moldes tradicionais, pois o acesso a esses meios modernos é restrito aos grandes produtores que possuem capital para investir no processo produtivo, garantindo melhores preços pelo produto.

Mão-de-obra empregada

Com relação à mão-de-obra utilizada na cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas, a maior parte é contratada no período da safra, sobretudo na colheita. São os chamados apanhadores de café e suas origens podem ser as mais variadas: nas unidades de

produção familiar podem ser tanto os membros da família, quanto os vizinhos (troca de dias de trabalho ou assalariados da comunidade, em geral apenas quando membros da família não são suficientes); nas propriedades médias os assalariados são predominantes e podem ser da região ou de fora dela, geralmente do Norte do Paraná, Norte de Minas e da Bahia (nesse caso, contratados pelos “gatos” em sua região de origem); e, por fim, mas grandes propriedades o trabalho assalariado predomina praticamente em todas as fases do ciclo produtivo do café” (COALIZÃO DO CAFÉ et al., 2004).

Em pesquisa sobre as relações de trabalho na cafeicultura no município de Campos Gerais, Pereira (2011, p.5) constatou inclusive, em conversas com cafeicultores a preferência destes pelos trabalhadores sazonais vindos de outros estados e regiões, justificada “pela maior resistência física e submissão às condições impostas, geralmente são menos politizados e, portanto, menos ameaçadores do ponto de vista reivindicativo de direitos”. Isso se explica pelo fato de que por possuem uma organização sindical débil, seu poder de barganha é reduzido, sendo facilmente superexplorados no trabalho nas regiões produtoras de café (COALIZÃO DO CAFÉ et al., 2004).

Comercialização da produção

Outra particularidade do Sul/Sudoeste de Minas, segundo Santos (2011) é a constituição de cidades funcionais, desencadeado pela produção de cafeeira. Em decorrência do forte agronegócio do café e a tecnologia aplicada ocorre uma imposição nos moldes urbanos regionais visando atender as necessidades do campo, ou seja, uma reestruturação territorial regional a partir da especialização econômica para a produção cafeeira. Com isso, ocorreu uma dependência econômica aos arranjos produtivos do campo, e o surgimento de empresas grandes com capital vinculado a este ramo econômico.

A comercialização da produção cafeeira na microrregião ocorre, quase que totalmente por meio das cooperativas, sendo a COOXUPÉ, que se destaca por *desenvolver o maior complexo industrial de café do mundo*. Sediada no município de Guaxupé, essa cooperativa teve sua origem em 1932, exercendo a função de cooperativa de crédito agrícola, tornando-se cooperativa de cafeicultores somente em 1957. Essas duas datas correspondem a períodos importantes da cafeicultura nacional e

internacional, pois na década de 1930, após a crise da bolsa de Nova York, o setor cafeeiro nacional necessitava de incentivos para se reerguer. Assim em 1932 foi editado um projeto de lei com objetivo de superar as dificuldades vividas pelo setor dando incentivos para a formação de cooperativas. Já a década de 1950 foi um período de reestruturação do setor cafeeiro, pois com o fim da 2ª Guerra Mundial, houve um aumento da demanda nos Estados Unidos e Europa. Além da criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café), incentivando novamente a criação de cooperativas, visando vantagens econômicas. (SOUZA; BIALOSKORSKI NETO, s/d citado por LIBÂNIO; CALDERARO; VALE, 2011).

Na cooperativa existe a parceria – venda ou armazenamento de café - não apenas com os produtores da mesorregião do Sul/Sudeste de Minas, como também com o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, além do Vale do Rio Pardo, em São Paulo. Além disso, ela atua em outras áreas, como produção de insumos agrícolas, grãos e cereais. Os cooperados compram os insumos usados na lavoura na própria cooperativa como é de acordo no sistema da parceria e recebem alguns créditos rurais. Existem mais de 10.000 cooperados (LIBÂNIO; CALDERARO; VALE, 2011).

Cafeicultura no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

Os primeiros cafeicultores instalarem-se no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sobretudo nos municípios de Araguari e Patrocínio, os quais mais tarde tornaram-se polos de dispersão do café pelo cerrado mineiro. Eram cafeicultores de origem alemã, oriundos do Paraná, que migraram em busca principalmente de terras com preço mais acessível e de condições climáticas favoráveis livres das geadas, as quais de certo modo encontraram no cerrado do Triângulo Mineiro, bem como do Alto Paranaíba.

O desenvolvimento tecnológico trazido pela Revolução Verde no Brasil possibilitou a expansão da agricultura sobre o cerrado, sobretudo por meio de dois programas, que foram fundamentais nesse processo: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). O objetivo deles era produzir grãos e outras culturas no cerrado com alta tecnologia, difundindo as técnicas de correção e adubação de solos, para a disseminação de novas espécies e sementes adaptadas aos

solos ácidos do cerrado, que puderam ser corrigidos através da calagem. Nesse sentido, esse conjunto técnicas e tecnologias foram fundamentais para a expansão não só do café, como também da soja, milho e o algodão sobre o cerrado (CARNEIRO et al, 2005).

Para Ferreira; Ortega (2004) a difusão dos programas de desenvolvimento agrícola no Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba ocorreu não só para a expansão do capital agropecuário, mas também para o industrial, pois a partir desse momento este também penetrou na região. Segundo França (1974), citado por Ferreira; Ortega, 2004, p.4) esses programas governamentais tiveram com objetivo:

[...] viabilizar a exploração capitalista da terra, através de empresários rurais que foram estimulados a intensificar a demanda de máquinas, equipamentos, fertilizantes, etc., o que, por sua vez, incrementou a produção industrial [...] considera que esta foi uma questão subjacente do processo, uma vez que foi necessário abrir espaço via agricultura, para a expansão do capital não só agropecuário, como industrial. (FERREIRA;ORTEGA, 2004, p.4)

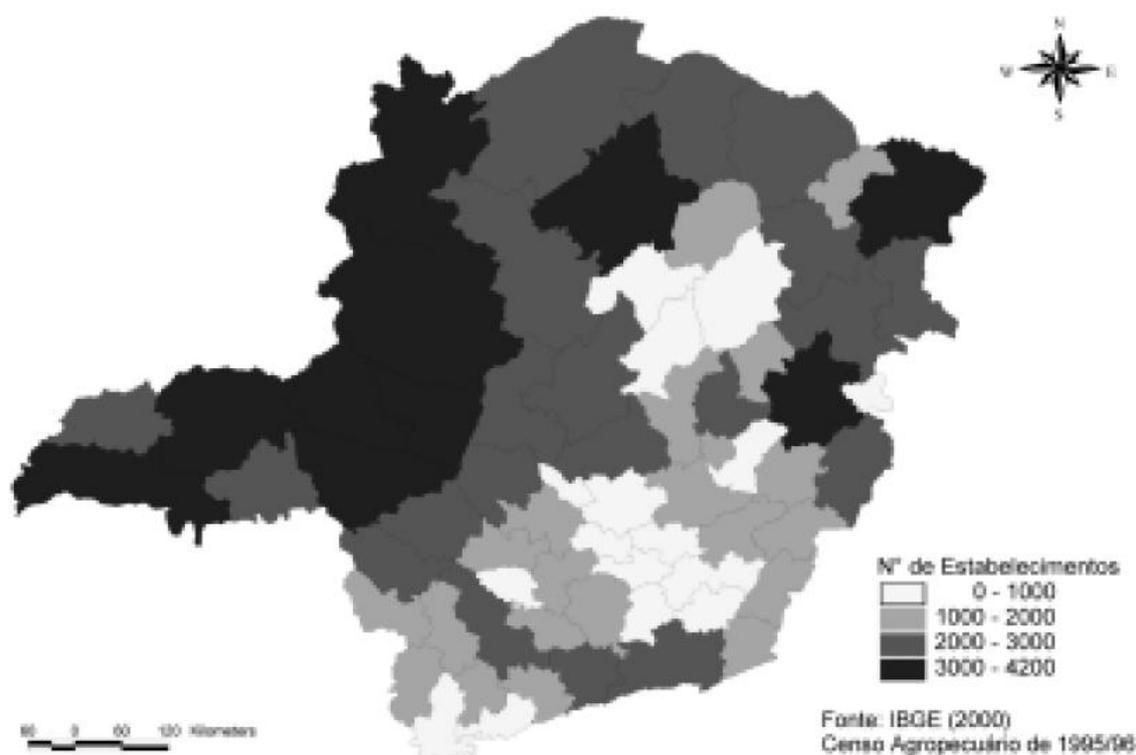
Carneiro et al (2005) afirmam que, atualmente, o cerrado mineiro apresenta o maior índice de produtividade no cultivo de grãos, dentro do Estado de Minas Gerais, pois é a região que conta com maiores investimentos e apresenta os maiores índices do uso de práticas de controle a erosão e conservação do solo, maior disponibilidade de técnicos especializados e conseqüentemente é o mais monitorador por assistências técnica especializada, maior consumidor de adubos e corretivos agrícolas, existência de um programa de controle das pragas e pelo uso da irrigação difundido. Além disso, esses mesmos autores indica que as microrregiões da mesorregião do Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba possuem, junto com o Noroeste de Minas, os maiores valores do Índice de Aptidão Agrícola (IAG), sendo que a escassez de nutrientes e os altos níveis de toxidez de alumínio foram compensados com o uso de adubos e de praticas corretivas do solo, ou seja, a desvantagem de um solo pobre, ácidos e da falta de chuvas, é compensada pelo uso da tecnologia e da irrigação.

Processo produtivo

As áreas de cultivo de café no Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentam propriedades com áreas médias de 100 hectares, tendo produtividade média de algo

entorno de 40 a 45 sacas/ ha (Figura 1). Além disso, caracteriza-se pelo elevado investimento em adubação, correção do solo, praticas de irrigação, por gotejamento em muitos casos - a qual reduz o gasto financeiro e o desperdiço hídrico -, e mecanização, principalmente nas colheitas (CARNEIRO et al, 2005).

Figura 1: Mapa com número de propriedades acima de 100 hectares nas microrregiões mineiras, em 1995/96.



A ausência de um grande número de pequenas e médias propriedades no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é fruto de uma política agrícola "modernizadora e conservadora", a qual buscava expansão e o aumento contínuo da área cultivada e da produtividade através da inserção de métodos modernos e alta tecnologia no campo, política que excluiu os pequenos e médios produtores deste processo de desenvolvimento. Esse novo padrão tecnológico agrícola financiou a compra de terras aos sulistas, deixando de lado os agricultores locais, pois estes, muitas vezes, não dominavam as técnicas e tecnologias difundidas na Revolução Verde e não eram capitalizados o suficiente para adquiri-los (CARNEIRO et al, 2005).

Dessa forma, os pequenos agricultores, descapitalizados e sem acesso ao sistema de crédito, venderam suas terras adequadas à mecanização dada a grande valorização do mercado. Com isso, muitos migraram para as cidades polos da região (Uberlândia, Uberaba e Araguari), tornando-se trabalhadores temporários na cultura do café ou desenvolvendo atividades urbanas, outros adquiriram novas terras em locais mais acidentados e conseqüentemente menos valorizados (FERREIRA; ORTEGA, 2004).

Convém ressaltar também que, dado o clima mais quente e seco no inverno, com temperaturas médias variando entre 18°C e 21°C (tropical de altitude), a região do cerrado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba não apresenta geadas, pois suas temperaturas mínimas chegam próximos a 10°C nos meses de junho e julho, ou seja, no inverno. Por conta disso há um favorecimento no cultivo do café, uma vez que as geadas podem proporcionar inúmeras perdas na produção do grão. No verão, época da florada do café, é quente e chuvoso, o que favorece a formação dos futuros frutos, já no inverno o ar quente e seco favorece o processo de maturação, retendo aroma e sabor ao café e dificultando a fermentação por fungos. A precipitação média varia entorno de 1200 a 1800 mm/ano, sendo que os dois meses mais chuvosos são março e outubro, os quais concentram grande parte da chuva do ano inteiro, no período entre maio e setembro, os índices pluviométricos reduzem muitos, chegando próximo de zero. Diante da existência de um longo período de estiagem a irrigação tornou-se uma necessidade básica para a produção do café no cerrado, sendo que praticamente 100% dos produtores utilizam desse mecanismo para produzir o café (SAES; JAYO, 1997).

Outra questão importante diz respeito ao tipo de relevo nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que embora seja composto por planaltos, serras e chapadas, com altitudes variando entre 820 e 1100 metros, apresenta extensas áreas planas a onde a mecanização agrícola é favorecida,

[...] Uma vez que as máquinas automotrizes desenvolvidas para realização de tratos culturais e colheita de café não são apropriadas para operação em terrenos inclinados (predominantes na Zona da Mata e Sul/Sudoeste de Minas), o custo de mão-de-obra corresponde a um percentual próximo de 50% do custo total de produção. [...] (PELEGRINI; SIMÕES, 2011, p.191)

Mão-de-obra empregada

A cafeicultura utiliza-se desta mecanização principalmente na época da colheita, visto que a contratação de trabalhadores temporários é muito onerosa aos produtores, além das exigências das leis trabalhistas que acabam por dificultar a contratação de mão-de-obra, conforme já explicado anteriormente. Nesse sentido, o uso da mecanização reduz custos e, ao mesmo tempo agiliza a colheita (FERREIRA; ORTEGA, 2004). Ainda segundo Pelegrini; Simões (2011) a mecanização da colheita no Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba se deve, entre outros fatores, à falta de mão-de-obra especializada e a busca de vantagens econômicas.

Se por um lado os programas de desenvolvimento agrícola implantados no Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba, tornaram a agricultura mais moderna, com altos índice de produtividade na cafeicultura como nas demais culturas, por outro lado a difusão massiva desta tecnologia e da mecanização do campo, fez com que houvesse uma diminuição no número de trabalhadores rurais empregados. Essa substituição do homem pela máquina é bem mais vantajosa porque, segundo Ferreira; Ortega (2004 p.14), “algumas das máquinas agrícolas, tais como colheitadeiras e derriçadeiras, têm capacidade para substituir até 200 homens na colheita com a vantagem de trabalhar 24 horas ininterruptas e seu uso ainda pode reduzir em 40% o custo de produção do café”.

Os mesmos autores afirmam, ainda, que estima-se que o número de colheitadeiras aumentou aproximadamente 375% entre os anos de 1990 e 2004, poupando cerca de 40% a 50% da mão de obra temporária destinada à colheita manual na safra de 2002, no cerrado mineira. Além do mais, a mecanização da cafeicultura também contribui para o aumento do êxodo rural, isto é, falta de emprego no campo leva estes trabalhadores rurais a migrarem para as cidades em busca de emprego, que muitas vezes não encontram, devido a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, exigida pelo mercado de trabalho urbano. Nota-se ainda que ultimamente surgiram empresas terceirizadoras de atividades agrícolas, as quais estão atingindo até mesmo a agricultura familiar, sendo que estas busca também na mecanização a redução do custo da colheita, o que também contribui para a redução de vagas no campo e no êxodo rural (FERREIRA;ORTEGA, 2004).

É interessante destacar também que para o desenvolvimento/aperfeiçoamento da colheita mecanizada foi desenvolvida uma série de modificações biológica, físicas e química na cafeicultura, a qual possibilitou o aumento contínuo da produtividade e melhor aproveitamento dos espaços na lavoura. Dentre essas modificações podemos destacar o desenvolvimento de plantas com porte mais baixo, técnicas de adensamento de plantas de café, técnicas de correção do solo, adubação, controle de pragas e doenças e de irrigação e de plantas alteradas geneticamente, que tem uma maturação mais longa e uniforme, os quais sem dúvida nenhuma viabilizou a intensificação da mecanização, sobretudo na colheita. (FERREIRA; ORTEGA, 2004)

A diminuição nos empregos temporários na cafeicultura da região também tem gerado uma transformação social regional, visto que os tradicionais trabalhadores rurais temporários oriundos do Norte de Minas e Sul da Bahia, que comumente migravam para a região na época da colheita, já não o fazem com tanta intensidade.

Comercialização da produção

Nas últimas décadas observa-se um grande crescimento na produção de café em todo Estado de Minas Gerais, mas, sobretudo no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, este aumento deve-se não apenas à expansão das áreas produtoras, mas principalmente em decorrência da melhoria do índice de produtividade, o qual vem sendo alcançado graças aos grandes investimentos realizados em pesquisas e tecnologias.

Figura 2: Produtividade de café nas Mesorregiões Mineiras, em 2001.



No entanto, algumas dificuldades são compartilhadas pelos cafeicultores do cerrado e os demais cafeicultores mineiros, entre elas destacam-se a dificuldade de comercialização, o desconhecimento do cenário econômico das bolsas de cotação do café e a falta de assistência técnica especializada, conforme já mencionado.

Sendo assim, entendemos que a formação de associações e cooperativas, pode representar um ganho aos produtores, uma vez que se eliminam os intermediários nestas transações o que aumenta significativamente o lucro ao produtor, além é claro de poder facilitar a compra e o pagamento de insumos, defensivos e equipamentos para a lida no campo.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba existem muitas cooperativas/associações e uma grande aceitação dos produtores, as quais parte do ideal de ajuda mútua aos cafeicultores e de melhorar a inserção e o aumento da competitividade dos produtores perante o mercado.

Em 1992, foi criado o Conselho da Associação dos Cafeicultores do Cerrado (CACCER), com o objetivo de canalizar esforços para buscar a solução e lutar pelos

interesses específicos dos cafeicultores do cerrado e valorizar pela qualidade o café produzido na região. O CACCER é formado por sete associações: ACARPA (Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio), ACA (Associação dos Cafeicultores de Araguari), ASSOCAFÉ (Associação dos Cafeicultores da Região de Carmo do Paranaíba), AMOCA (Associação dos Cafeicultores da Região de Monte Carmelo), ASSOGOTARDO (Associação dos Produtores Rurais da Região de São Gotardo), ACANOR (Associação dos Cafeicultores do Noroeste Mineiro) e APPCER (Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado); sete cooperativas: EXPOCACCER (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Patrocínio), COOCACER (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Araguari Ltda.), COAGRIL (Cooperativa Agrícola de Unaí), CAPAL (Cooperativa Agropecuária de Araxá Ltda.), COPERMONTE (Cooperativa Agrícola de Monte Carmelo), COOPA (Cooperativa Agropecuária de Patrocínio), CARPEC (Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba) e uma fundação: FUNDACCER (Fundação de Desenvolvimento do Café do Cerrado), reunindo 4.500 produtores numa área de cultivo de 170.000 hectares, espalhado por 55 municípios, produzindo 5 milhões de saca/ano.

O CACCER desenvolveu um mecanismo de crédito ao produtor e sistema que busca reduzir as perdas dos cafeicultores, dadas as oscilações do mercado.

[...] a parceria entre o CACCER e o Banco do Brasil, que desde 1995 tem possibilitado o acesso dos cafeicultores à cédula do produtor rural (CPR), que é uma operação que funciona como uma antecipação da receita da venda do produto, dando ao produtor condições de aguardar o melhor momento para a venda de sua safra. Este sistema é uma espécie de mercado futuro em que a instituição faz um levantamento dos interessados em adquirir o produto e o vendedor (produtor de café) se compromete a entregar o produto no prazo estabelecido, o que garante a venda de sua produção, sem que seja pressionado pela necessidade de vender imediatamente após a colheita para saldar dívidas de produção (GARLIPP, 1999, p. 45, citado por FERREIRA; ORTEGA, 2004, p.11).

Outro mecanismo que agrega valor ao café, observado na região do cerrado mineiro, foi a existência da certificação da qualidade e a indicação geográfica, ou seja, a existência de um selo certificado produzido por um juiz da Q Grader SCAA a qual é acompanhado por um laudo que comprava que este café foi produzido dentro de um alto padrão de qualidade na região do cerrado mineiro, fatos que confere ao produto uma

qualidade singular no mercado. Esse certificado de origem é denominado “Café do Cerrado”, o qual ao ser registrado, o conselho passou a realizar o controle de qualidade do produto, ação que, além da publicidade, inclui a facilidade de venda de máquinas de café expresso, treinamento dos funcionários de bares e restaurantes e garantia do suprimento do produto. (FERREIRA; ORTEGA, 2004, p.10-11). Convém ressaltar que o café do cerrado foi o primeiro do país a possuir a indicação geográfica.

Por enquanto, não existe produção agroecológica ou orgânica do café do cerrado, mas mesmo assim há uma grande preocupação com a conservação do solo e outros fatores para se adequarem as normas da Rain Forest, que é o selo de responsabilidade ambiental. Trata-se de uma estratégia de marketing ambiental para ganhar a aceitação do consumidor estrangeiro.

Dentre essas cooperativas pertencentes à CACCER, destacamos a COOCACER, no município de Araguari, cujo tamanho médio dos estabelecimentos rurais dos cooperados é 100 hectares, com uma produtividade média de 40 a 45 sacas por hectares, altamente mecanizado, segundo informações obtidas durante nossa visita à entidade.

Estabelecendo comparações entre as mesorregiões

A partir do que foi exposto sobre as características da cafeicultura nas mesorregiões mineiras Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, estabelecemos comparações entre elas (Quadro 1).

Quadro 1: Comparação entre as características da cafeicultura nas mesorregiões Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

| CARACTERÍSTICAS | MESORREGIÕES | |
|------------------------------------|--|--|
| | Sul/Sudoeste | Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba |
| Aspectos geográficos | Relevo muito acidentado; clima mais ameno (temperaturas baixas no inverno, temperatura média entre 16,5° e 20°C); bioma predominante Mata Atlântica. | Relevo mais plano; clima mais quente e seco no inverno (temperaturas médias entre 18° e 21°C); bioma predominante é o Cerrado. |
| Início da cafeicultura | Início do século XIX. | Década de 1970 (século XX). |
| Estrutura fundiária | Pequenas propriedades (predomínio da agricultura familiar) | Propriedades com áreas médias de 100 hectares |
| Processo produtivo | Relevo acidentado e baixos recursos financeiros dos pequenos produtores dificultam total mecanização do processo produtivo. | Constante aprimoramento tecnológico e mecanização em todas as etapas do processo produtivo (inclusive na colheita). |
| Mão-de-obra empregada | Maior parte contratada no período da colheita (apanhadores de café) e oriunda do Norte de Minas, Bahia e Norte do Paraná. | Tecnologia reduz número de trabalhadores contratados. |
| Comercialização da produção | Predomina venda para cooperativas (que na verdade, são atravessadores). | Predomina venda para cooperativas (auxílio aos cafeicultores na melhoria de sua inserção e competitividade no mercado). |

Fonte: Organizado por Rodrigo Alexandre Pereira Calderaro (2012).

É possível de observar que nas regiões onde a agricultura é mais mecanizada, há menor emprego no campo, ou seja, ao realizar uma comparação do Sul/Sudoeste de Minas ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, perceberemos que o primeiro terá um número maior de trabalhadores temporários e permanentes na lavoura do café em compensação uma menor mecanização no campo, enquanto que no segundo ocorre o oposto.

Outro ponto interessante, o qual cabe um destaque, refere-se à influência da cafeicultura na economia das mesorregiões do Sul/Sudoeste de Minas e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Enquanto na primeira mesorregião ela é a atividade econômica predominante, sendo que muitas vezes o dinamismo econômico da região é dependente da valorização do café; na segunda esta dependência econômica é menor, pois além do café existem outras culturas influenciando no desenvolvimento regional (soja, cana-de-açúcar, milho), fato que torna o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba menos vulnerável frente uma desvalorização na cotação do café.

Portanto, talvez o ponto comum entre a cafeicultura das referidas mesorregiões seja o fato de que todos os produtores estão inseridos na produção de uma commodity, sujeita a oscilações de preço no mercado internacional. Se, por um lado, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba o agronegócio do café cada vez mais tem excluído os pequenos e médios produtores, diante das dificuldades em investir no desenvolvimento tecnológico exigido para aumentar sua competitividade, embora contem com o apoio das entidades filiadas à Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Por outro, no Sul/Sudeste há maior oportunidade para a cafeicultura praticada pela agricultura familiar, mas as cooperativas que comercializam sua produção agem mais como uma agroindústria, um intermediário entre ele e o mercado, que exige elevado padrão de qualidade difícil de ser alcançado com poucos recursos.

Referências

CARNEIRO, P. A. S. de et al. Transformações sócio-regionais decorrente da consolidação e modernização da cultura do café no cerrado mineiro. **Geografia**, Rio Claro, v.30, n.3, p. 491-505, set./dez. 2005.

CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2008, Santa Cruz do Sul RS. Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, v. 1, 2008. (não existe pág.)

COALIZÃO DO CAFÉ et al. (Org.) **Café: vida, produção e trabalho - agricultores familiares e assalariados rurais**. Florianópolis: Instituto Observatório Social, 2004. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br/download/cafe_maio2004BX.pdf. Acesso em: 22 de nov. 2011.

FERREIRA, R. G.; ORTEGA, A. C. Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio – MG. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 12, n. 23, nov. 2004, p. 71-96. Disponível em: http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n23_2004_art4.pdf. Acesso em: 05 jul. 2012.

FILETTO, F. **Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais**. 2000. 133f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). UFLA, Lavras, 2000.

LIBANIO, C. R.; CALDERARO, R. A. P.; VALE, A. R. Do pequeno ao grande: o contexto da cafeicultura no Sul de Minas e sua questão agrária. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n. 07, p. 155-173, jun./2011. Disponível em: http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed07/n07_rel03.pdf. Acesso em: 12 mar. 2012.

MOREIRA, A. C. **História do Café no Brasil**. São Paulo: Panorama Rural; Magma Editora Cultural, 2007.

PEREGRINI, D. F; SIMÕES, J. C. Desempenho e problemas da cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p.183-199, ago./2011. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12095. Acesso em: 17 jun. 2012.

PEREIRA, D. M. **O café e a migração no Sul de Minas**: a mão de obra migrante na cafeicultura de Campos Gerais – MG. 2011. 35 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2011.

REIS, G. R. **Uso corporativo do território brasileiro e a nova dinâmica do lugar**: o circuito espacial da produção de café e os círculos de cooperação no Sudoeste de Minas Gerais (MG). 2009. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2009.

RIBEIRO, A. R. Panorama setorial: o complexo agroindustrial cafeeiro no Brasil. **Análise**. Revista das Faculdades de Tecnologia e de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta. Jundiá – SP: Sociedade Padre Anchieta de Ensino, n. 11, fev./2005, p.23-34. Disponível em: http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/analise_new/pdf/analise11.pdf. Acesso em: 05 jul 2012.

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. O agronegócio café do Brasil no mercado internacional. **Revista Fae Business**. Curitiba: FAE Centro Universitário, n. 9, set./2004 – local Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/12_agronegocio.pdf. Acesso em: 15/06/2012.

SAES, M. S. M.; JAYO, M. CACCER: Coordenando ações para a valorização do café do cerrado. In: SEMINARIO INTERNACIONAL PENSA DE AGRIBUSINESS, 7, PENSA/FIA/USP, 1997. Disponível em: http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/1552008163143_texto.pdf
Acesso em: 05 jul. 2012.

SANTOS, H. F. **A outra face do agronegócio globalizado e as desigualdades socioespaciais**: estudo de caso com a cafeicultura moderna no município de Alfenas – MG.2011. 76f. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2011.

SILVA, S. M.; SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. Competitividade do agronegócio do café na região Sul de Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras: UFLA, v. 3, n. 1, (não há páginas) jan./jun./2001. Disponível em: revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/276. Acesso em: 23 de jun. 2012.

TEIXEIRA, T. D. Política estratégica para a cafeicultura brasileira. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 1., 2000. Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: Embrapa Café – MINASPLAN, 2000. p. 169-193. Disponível em: www.sbicafe.ufv.br/handle/10820/24. Acesso em: ...

VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org.) **Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais**. Belo Horizonte: INAES, 2010 (Estudos INAES. Cadeias Produtivas. Café; 1). Disponível em: http://www.inaes.org.br/publica/Livro_cafeicultura_de_montanha.pdf. Acesso em: 05 jul. 2012.